



## Ações de informação, colaboração e concertação institucional no contexto da extensão rural

*Information, collaboration and institutional concertation in the context of rural extension*

Ana Cristina Gomes Santos\*

Maria Nélide González de Gómez\*\*

### RESUMO

Reflete sobre um campo em que se definem e atuam os regimes de informação como lugar de justaposição, de confronto ou convergência entre regimes de valor e disponibilidade de meios, recursos e outros instrumentos materiais, normativos e de gestão, que condicionam os modos de gerar, transmitir, acessar e interpretar informações. Observam-se atividades compartilhadas em ações de informação coletiva, em práticas colaborativas e concertação institucional que se estabelecem em relações plurais no Projeto de Extensão Universitária UFRA na Reforma Agrária que se desenvolve em assentamentos no Pará, por meio de parcerias internas e externas, buscando promover consistência metodológica e articulando iniciativas de intervenção local.

**Palavras-chave:** Ação de informação; Regime de Informação; Colaboração Institucional; Concertação Institucional; Extensão Rural.

### ABSTRACT

A reflection on the field, which defines the regimes and acts of information as a place of juxtaposition, confrontation or convergence between value schemes and the availability of means, resources and other normative and administrative instruments, which condition the modes of generating, transmitting, accessing and interpreting information. It observes activities of shared information in collective actions, in collaborative practice and in institutional concertation set up in plural relationships within the "Projeto de Extensão Universitária UFRA na Reforma Agrária" (UFRA University Extension Programme in Agrarian Reform) developed in settlements in Pará, Brazil, based on internal and external partnerships seeking to promote methodological consistency and develop initiatives linking local intervention actions.

**Keywords:** Information sharing; Information regime; Institutional Collaboration; Institutional Concertation; Rural Extension.

---

\* Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRRJ. Bibliotecária Documentalista na Universidade Federal Rural da Amazônia. Av. Tancredo Neves, Terra Firme, Belém-PA. Telefone: (91) 3210-5129. E-mail: gomess\_cristina@yahoo.com.br

\*\* Doutora em Comunicação. PPGCI-UFF. Endereço: Rua Tiradentes, 148 – Ingá, Niterói - RJ, CEP 24210-510. Telefone: (21) 2629-9671. E-mail: maria.nelida.gomez@globo.com.

## INTRODUÇÃO

O conceito de regime de informação visa à reconstrução do modo como se realizam ações de informação entre diferentes atores, por vezes com diferentes interesses, procedimentos e recursos, promovendo uma leitura transversal das práticas e efeitos de informação. Nessas zonas de cruzamento entre múltiplos campos e contextos da atividade social, geram-se situações de interdependência, nas quais os atores individuais e coletivos – que mantêm ou então precisam de ou acham conveniente manter relações culturais, sociais, econômicas ou de outra natureza – se defrontam com situações de conflito ou buscam soluções negociadas e arranjos colaborativos que possam equacionar autonomia e compartilhamento. A colaboração aparece como necessária em atividades complexas ou difíceis de serem tratadas por um único indivíduo, grupo ou instituição. A prática em trabalhos institucionais tem apontado a necessidade de reconhecer a importância da colaboração em processos que exigem informação específica ou especializada para desenvolver projetos coletivos.

Este trabalho tem como objetivo e assunto principal a análise do regime de informação, ações de informação, colaboração e concertação institucional no contexto de um programa de extensão universitária desenvolvido em assentamento de reforma agrária.

Resultante de uma pesquisa de maior extensão, este texto apresenta algumas das análises da literatura de vários domínios, incluindo Biblioteconomia, Ciência da Informação e extensão rural, nos quais têm sido estudadas a geração, mediação e uso/apropriação de recursos de informação nas dinâmicas de interseção de contextos socioculturais heterogêneos.

Estão presentes, na arguição e nos componentes descritivos, os resultados recolhidos da participação em encontros com assentados e equipes da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), entrevistas informais e semiformais, leitura e análise de um *corpus* expressivo de documentos de cunho administrativo e regulamentário das organizações atuantes no contexto estudado.

## INFORMAÇÃO

Numa questão em que convergem diferentes autores e perspectivas, cabe afirmar que os repertórios de conhecimento dos quais dispõe um grupo, pessoa ou organização, obtidos por suas múltiplas experiências e interlocuções, mostram-se cada vez menos suficientes para dar conta dos problemas e situações que devem ser enfrentados na vida contemporânea (WILSON, 1983 entre outros). Ao mesmo tempo, um crescente volume de informação produzida e disponibilizada na Internet exigiu a criação de mecanismos, processos de gerenciamento e controle, padrões de uso e acordos que atendam à crescente complexidade e expansão dos sistemas, redes e serviços de informação. Nesse quadro, o conceito de governança é associado à gestão da informação nos contextos da ação pública, de forma que “a governança estaria associada à capacidade de implementação política e à execução de metas coletivas” (CARVALHO, 2009, p. 39).

Sendo complexo o papel das mediações informacionais nas trocas cognitivas comunicacionais formalizadas nos atuais contextos institucionais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1995), existiria uma tensão paradigmática entre sistemas e serviços de informação, de um lado, e os atores sociais e coletivos que seriam seus usuários finais, de outro, em relação à importância, oportunidade e aplicabilidade de suas

ofertas de informação, o que tem gerado efeitos de distanciamento entre a atribuição de valor e critérios de relevância pelos sistemas e por seus destinatários.

Nessa perspectiva, uma das opções para superar tais distâncias e tensões seria observar as dinâmicas de informação não na zona imediata de interação dos sistemas formais e usuários, mas sim como ações de informação que transpassam dimensões discursivas e negociações no ambiente em que se estabelecem as relações sociais.

No limiar desse paradigma, são instituídos os regimes e políticas de informação que têm a função de dar forma ao fluxo das transformações econômicas e sociais, além de legitimar as estruturas de poder praticado sob a tutela da governança da informação.

Por sua vez, as instituições de ensino superior, através de seu tripé ensino, pesquisa e extensão, como espaço de produção de conteúdos informacionais e de modelos de mediação de conhecimentos especializados e demandas sociais, devem atender as pluralidades valorativas, epistêmicas e culturais, além de outros múltiplos aspectos do quadro social em que se estabelecem ações de informação.

O acompanhamento de um programa de extensão universitária desenvolvido pela UFRA com foco na construção de projetos produtivos para assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belém, no Pará, proporcionou um denso e motivador espaço de indagação e aprendizagem, envolvendo as práticas informacionais que acontecem no contexto de atividades de extensão rural, algumas dimensões do regime de informação vigente, que seriam condição e efeito dessa intervenção, e outras questões de caráter social e político, como colaboração e concertação institucional, em que se insere o quadro dos atores sociais envolvidos.

## **REGIME DE INFORMAÇÃO E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO**

Os estudos levam a considerar que o campo em que se definem e atuam os regimes de informação é um lugar de justaposição, de confronto ou convergência entre plurais regimes de valor e de disponibilidade de meios, recursos e outros instrumentos materiais, normativos e de gestão que condicionam os modos de gerar, transmitir, acessar e interpretar informações num contexto dado de ações coletivas e de atividades compartilhadas.

Para González de Gómez, regime de informação, como expressão de pré-condições das ações de informação, designa:

[...] o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigente em certo tempo, lugar e circunstância. Como plexos de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades de condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.43).

Regime de informação pode-se entender de modo relacional e flexível, e tem sido abordado com diferente extensão e em diferentes cenários de aplicação.

Sandra Braman (2004, 2009) desenvolve o conceito de Regime Global Emergente de Informação, tendo como referente informacional as “cadeias de produção de

informação”, redes complexas de atores, atividades e recursos, cujo contexto de análise seria o Estado Informacional e suas relações com os novos ordenamentos tecnológicos e econômicos internacionais. O regime de informação, na concepção de Braman, envolve governo, governança e governabilidade. Por governo se entendem as instituições formais, os marcos jurídicos e administrativos de entidades geopolíticas. A governabilidade, por sua vez, diz respeito ao contexto social e cultural que possibilita e condiciona a emergência e implementação de modelos e estratégias de políticas. A governança designaria a convergência e interações possíveis entre o governo e as populações, instituições formais e informais, atores estatais e não estatais, configurando mediações que geram efeitos consultivos na sociedade (BRAMAN, 2004). Braman trabalha na macroanálise das políticas de informação, com ênfase nos aspectos tecnológicos e econômicos, bem como no seu impacto nos marcos jurídico e regulatório.

González de Gómez formula um conceito de regime de informação ao mesmo tempo como conceito abstrato e geral e como instrumento de análises situacionais, sem perder de vista sua imersão em cadeias longas – tecnológicas, econômicas, políticas –, ao mesmo tempo em que está sujeito às diferenças que constroem fronteiras e domínios. Regime de informação, nessa acepção, remete à:

[...] distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonogação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação. Aponta, por outro lado, a mudança de escala dos processos e questões de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 28).

Se, por um lado, ao se falar de regime de informação, busca-se dar visibilidade e problematizar assuntos na perspectiva do presente, do qual o regime seria ao mesmo tempo reconstrução e sintoma, por outro lado essa problematização tem gerado novas demandas teóricas, novas interlocuções e abordagens.

Em primeiro lugar, se as relações de poder levariam a reconhecer *regimes dominantes de informação*, em definidos contextos e circunstâncias, isso implicaria também a coexistência, justaposição, concorrência e confronto possível entre diferentes regimes informacionais (em todas ou algumas de suas dimensões de autoridade, valor, regras, orientações afins, estabelecimento de prioridades).

Em segundo lugar, tanto as críticas dos estudos da sociedade como a pesquisa empírica têm colocado em evidência a pluralidade de regimes de valor (econômico, moral, religioso, entre outros) que mobilizam comunidades simbólicas, campos do conhecimento, coletivos culturais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Entre as abordagens atuais mais próximas às nossas preocupações, mencionamos os trabalhos de Ekbia e Evans (2009), que introduzem e reformulam os conceitos de Boltanski e Thevenot (1999), e outros estudos das matrizes valorativas, entre os quais mencionamos os de Michele Lamont (2013). Ao mesmo tempo, tais obras retomam muitas das indagações e críticas prévias do extensionismo rural, tais como o clássico trabalho de Paulo Freire (2001), mas em novos contextos tecnológicos, econômicos e gerais, frente aos novos modelos de governança da questão rural.

Dessa forma, o conceito de regime de informação parece interessante para analisar as relações transversais que se estabelecem no contexto de práticas e relações plurais em projetos de extensão universitária em assentamentos de reforma agrária, uma vez que uma das atribuições do regime de informação remete a relações de informação e poder, nesse caso estendido às questões estruturais, tecnológicas e digitais.

Do ponto de vista do modo informacional dominante na sociedade e no cenário da reforma agrária, pode-se falar de um regime de informação circunscrito pelos órgãos governamentais, que define as regras dispostas conforme um leque de pressupostos informacionais, cuja função de mediação (produção, armazenagem, disseminação) nem sempre oferece acessibilidade a todos os atores sociais envolvidos, ao mesmo tempo em que tem um papel regulatório e prescritivo sobre os atores inscritos nos programas inclusivos de agricultura familiar, estabelecendo condições ao fazer produtivo e sua organização social.

Dessa forma, o “meio” onde teriam que ser estabelecidas as dinâmicas de informação (linguagem, espaço, recursos, arranjos comunicacionais) entre os assentados e o órgão responsável pela sua organização e pelas instituições prestadoras de serviço converte-se num outro setor de problemas, somando-se aos já enfrentados pelos assentados, enquanto prevalece um regime informacional definido do ponto de vista de uma das partes; daí a importância de se abordar o papel e qualidade das ações de informação, mediando as interações intersubjetivas juntamente com a organização estrutural produtiva.

Para González de Gómez (2012b), cada nova configuração de um regime de informação tem, como resultado e condição, diferentes modos de configuração da ordem sociocultural e política. Sob essa premissa, identificando e dando voz à pluralidade dos atores sociais envolvidos nos assentamentos, somado às suas práticas e recursos, valorizando a “transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.44) como esfera de negociação e entendimento, as mediações info-comunicacionais poderiam deixar de ser problemas e passar a ser coadjuvantes de processos de aprendizagem coletivo e organizacional.

De maneira geral, o regime de informação resultante dos programas de ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda que não se possa dizer que seja estático, estabelece uma infinidade de ações com as mesmas proposições e conteúdos informativos para todo o Brasil, sem a necessária atenção às diferentes demandas e particularidades regionais. Bastaria pensar, por exemplo, se as necessidades de informação dos agricultores assentados da região Sul seriam as mesmas dos assentados da região Norte, para uma mesma questão, se considerarmos uma única dimensão de variáveis, como o clima: sem dúvida, o repertório informacional adequado a cada caso seria totalmente diferenciado.

Mesmo com os avanços na democratização do uso da terra ocorridos nos últimos anos, relatórios da Controladoria Geral da União no Pará (2012) apontam fragilidades latentes nos indicadores de controle interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-SR 01), como, por exemplo, os apontados na área de Informação e Comunicação:

[...] nos Relatórios de Gestão anteriores a 2012, a Unidade Jurisdicionada (UJ) apresentava indicadores estabelecidos pelo INCRA Sede **e que não atendiam as necessidades** da Superintendência Regional; em razão dos questionamentos da

Controladoria Geral da União, a UJ vem gradativamente implantando os indicadores (BRASIL, 2012a, p. 5. Grifo nosso).

A falta ou inadequação de recursos e dinâmicas de informação, como sugerem os indicadores na área de informação e comunicação, pode afastar os atores envolvidos no processo do órgão responsável pela organização do assentamento, uma vez que não são dadas as condições para o mútuo entendimento e a obtenção das metas do empreendimento comum.

De acordo com o atual crescimento do número de assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sem que ocorra a independência econômica dos beneficiários mais antigos e a melhoria da estrutura operacional do INCRA, caminha-se para a insustentabilidade e o consequente desperdício de recursos públicos em função dos altos índices de evasão do lote (BRASIL, 2012b, p. 5).

O Plano apresenta uma série de normas, nos quais direitos e deveres se apresentam para um grupo social que se constitui dentro de um programa, inserido num regime de informação nacional. O II PNRA vai além da garantia do acesso à terra: prevê ações para que esses homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde, educação, energia, saneamento, cultura, entre outros. Esse novo modelo de reforma agrária prevê também que:

[...] a recuperação dos atuais e a implantação dos novos assentamentos contarão com assistência técnica e **acesso ao conhecimento e às tecnologias apropriadas**. Estarão orientadas por projetos produtivos adequados às **potencialidades regionais** e às especificidades de cada bioma e comprometidos com a sustentabilidade ambiental. Uma **estratégia conjunta de produção e comercialização abrirá novas possibilidades econômicas** para os assentamentos e para sua integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial. (BRASIL, 2003, p. 5. Grifo nosso).

Um programa dessa natureza demanda uma série de atores em regiões e ambientes diversos para atender um contexto tão amplo como o brasileiro. Devido ao grande número de atores de origens diversas (agricultores meeiros, sem teto, vendedores de feiras livres, motoristas, autônomos, etc.), há uma considerável heterogeneidade entre as estratégias de manejo da terra nesses assentamentos. Parte dessa heterogeneidade é resultado de informações diversas na base da estrutura de tomada de decisão de cada ator envolvido no processo, que, dependendo do seu desempenho, pode comprometer o resultado do acesso ao conhecimento além da aplicação das tecnologias disponíveis, também heterogêneas.

O atendimento a todas essas demandas preconizadas pelo II PNRA deve levar em consideração que diferentes atores também têm diferentes níveis de conhecimento sobre gerenciamento eficiente do solo, de produção, de colheita, de práticas de conservação e sustentabilidade da terra, somados aos diferentes níveis de informação e conhecimento dos saberes tradicionais e, também, sobre as diversas instituições relacionadas com a gestão da terra envolvidas nessas questões.

Ekbia e Evans (2009) destacam em seu trabalho sobre regime de informação de uso do solo, gestão e política, assim como pesquisas anteriores de Evans *et al.* (2004, 2006) e Koontz (2001), que os proprietários de terras têm diversas preferências de uso do solo e que tais preferências, por sua vez, são em parte responsáveis pela diversidade de padrões de cobertura do solo. A pesquisa de campo também mostrou que, mesmo quando dados cenários de tomada de decisão são relativamente simples, os atores podem tomar diversas decisões que se afastam do objetivo

suposto de maximizar o retorno produtivo econômico. Apresenta-se como explicação para essa divergência que: os indivíduos têm diferentes habilidades para tomar decisões de maximização de utilidade. Também foram identificadas análises a partir do fazer empírico, que demonstram que os proprietários possuem diferentes preferências e diversas fontes de informação que afetam suas decisões de gestão e manejo da terra (EKBIA; EVANS, 2009, p. 332).

Nesse sentido, uma abordagem capaz de integrar os avanços realizados nas discussões contemporâneas do estudo de usuários e de comportamento informacional para tomada de decisão deveria considerar tanto o ponto de vista dos participantes como a influência do contexto.

Para Araújo (2012), em análise de trabalhos empíricos de busca de informação, questões como essa podem ser discutidas numa perspectiva interacionista, em que o usuário não é totalmente determinado pelo contexto, nem é totalmente isolado ou alheio a ele; a determinação que o contexto exerce existe, é real, não é mecânica nem absoluta, mas interpretada e alterada pelo ator social.

O mesmo vale para o significado da informação identificada pelos atores sociais no assentamento. Esse significado não está totalmente dado pelos elementos do documento material ou das fontes que o sistema nacional de reforma agrária oferece; pode também não ser atribuído totalmente ao usuário (assentado), nem pelas instituições parceiras, como a UFRA, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Baseado nesse interacionismo, o que se pensa é que o sentido da informação é resultado tanto de determinações da informação disposta, quanto das estratégias cognitivas operadas pelo ator social e pelas instituições presentes no cotidiano do assentamento.

## **AÇÕES DE INFORMAÇÃO**

Definir como unidade mínima de análise as ações de informação como instância diferenciada de mediações intersubjetivas, além de permitir a reconstrução de dinâmicas informacionais em contextos formais e informais, pareceria pertinente para a análise de um cenário político contemporâneo em programa de extensão rural que envolve atividades informativas quanto ao uso de tecnologia agrícola, conhecimento empírico e políticas públicas que levam a aferir figuras de poder, corroborando o que Braman afirma:

[...] Compreender política de informação e comunicação como poder é particularmente importante no ambiente de hoje, porque tem havido uma qualitativa mudança no nível de dependência de tecnologias de informação e no grau em que as atividades são informativas (BRAMAN, 1990, 1993). A regulação neste domínio tem vindo a dominar a cultura política e econômica. (BRAMAN, 1995, p. 9)

As ações de informação estão vinculadas aos atores sociais que as agenciam e aos regimes de informação em que se inscrevem, sendo em grande parte as condições contextuais as que definem as infraestruturas e os recursos disponíveis, e as estruturas normativas em que se realizam. Bastaria lembrar, como exemplo, casos em que determinados indivíduos ou grupos dispõem de informações e vontade de informar mas não podem fazê-lo, porque não têm acesso aos meios de transmissão,

seja porque faltam recursos – materiais, tecnológicos, expressivos – ou porque as regras e autoridades vigentes os excluem das esferas públicas da comunicação.

Ao mesmo tempo, “as ações sociais de geração e transferência de informação, mesmo não sendo intencionais ou voluntárias, nunca serão totalmente determinadas por condições de natureza biológica, econômica ou tecnológica”, de modo que as ações de informação pareceriam agir como dobradiças, ora delimitadas pelo que tem sido estabelecido em um determinado regime de informação, ora aliando-se à mobilização de novos usos da linguagem, provocando incertezas e perguntas, aprendizagem e novas perspectivas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 33)

Nesse cenário, alguns autores têm observado que, devido à ausência ou ao frequente deslocamento das temáticas e prioridades das políticas públicas, por vezes conjunturais e em constante mudança, informações importantes nos projetos de modernização e desenvolvimento, como informações científico-tecnológicas, não chegariam a estabilizar-se em estruturas institucionais, duradouras e progressivas na formulação de seus parâmetros organizacionais e tecnológicos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). Muitas vezes, as políticas de informação ficam incluídas, mas invisibilizadas nos grandes mapas das políticas públicas.

Nesse escopo recortado no mapa das políticas, encontra-se o II PNRA, que agrega um conjunto de regras compostas de leis, decretos e portarias, entre outros aparatos legais, que compõem uma infinidade documental de informação para atender os agentes envolvidos na reforma agrária.

Diante do quadro conjuntural e documental da reforma agrária, o uso da informação pelos agentes sociais e atores locais demanda urgência de incorporação e de apropriação dessas informações para a aplicação nas ações práticas na realidade em que estão inseridas, que muitas vezes precisam do emprego de conhecimentos tácitos e explícitos para uso da informação.

No estado atual da questão, e por algumas das razões esboçadas, os estudos da ciência da informação cada vez mais reformulam os estudos de usuários para investigar as ações de informação e seus agentes, ancorados em plurais modos de existência e seus plurais ordenamentos simbólicos, materiais e valorativos.

Savolaine (2009), num estudo de investigação conceitual de uso da informação, analisa concepções de trabalho epistêmico (*epistemic work*), propostas por Cook e Brown<sup>2</sup>, e saber na prática (*knowing in practice*), propostas por Orlikowski<sup>3</sup>. (SAVOLAINÉ, 2009, p. 2)

Para contribuir aos estudos conceituais de uso da informação, Savolaine faz uma tentativa de tornar compreensível o uso da informação como um processo que é contextualizado em práticas. Para isso, utiliza as expressões *trabalho epistêmico* e *saber/conhecer na prática*.

As expressões a que se refere, antes de tematizar questões de como a informação é transformada em conhecimento, indagam como o conhecimento e o saber são gerados e utilizados na ação. Baseado nos argumentos de Cook e Brown, Savolaine

---

<sup>2</sup> COOK, S. D. N.; BROWN, J. S. Bridging epistemologies: the generative dance between organizational knowledge and organizational knowing. **Organization Science**, v.10, n.4, p. 381-400, 1999.

<sup>3</sup> ORLIKOWSKI, W. J. Knowing in practice: enacting a collective capability in distributed organizing. **Organization Science**, v.13, n. 3, p. 249-273, 2002.

ressalta que esses autores fornecem boas razões para se entender que as diversas formas de conhecimento e saber acontecem igualmente no contexto da ação, no qual conhecimento tácito e explícito, bem como conhecimento individual e organizacional ou de níveis de grupos diferentes “são formas distintas de conhecimento em pé de igualdade, e nenhum é subordinado ou constituído por qualquer outro” (SAVOLAINÉ, 2009, p. 7).

Assim, a determinação de realizar uma reforma agrária “ampla” e sustentável, como preconiza o II PNRA, impõe a necessidade de atingir magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com **ação informacional** que seja direcionada aos propósitos ali definidos de assegurar a qualidade dos assentamentos por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva.

Para tanto, é preciso que o conhecimento e o saber tácito e explícito dos beneficiários da reforma agrária, somados ao conhecimento dos órgãos institucionais, se conjuguem num novo conhecimento próprio desse coletivo. Se não estiverem inseridos em ações integradas com enfoque no desenvolvimento territorial sustentável, é possível que as premissas do Plano não se concretizem.

Num outro trabalho, Collins e Kush (1999) diferenciam dois extratos ou dimensões das ações de informação, podendo tratar-se de ações *polimórficas* ou ações *mimeomórficas*. As primeiras são aquelas que só podem ser entendidas por quem participa de uma cultura ou forma de vida. As outras seriam aquelas que podem ser reproduzidas tanto por quem compreende a ação, quanto por quem não compreende sua intencionalidade nem seu contexto de geração.

Entende-se que o conjunto de regras, normas, padrões e contratos que geram alianças e convenções para os beneficiários da reforma agrária se enquadra na figura das ações de informação polimórficas, dado que são ações determinadas por regras que só serão realizadas por quem participa das atividades dos assentamentos. Podem vislumbrar-se, assim, múltiplos comportamentos para uma mesma categoria de ação, em função dos múltiplos atores vinculados ao contexto regional e social.

Resultam dessa interação combinações híbridas nas quais objetos relacionais se ajustam a comportamentos culturais e condições tecnológicas para ações de informação que podem ser híbridas na sua finalidade: a) com orientação formativa, tendo a ação como propósito de construir uma determinada maneira de fazer e b) de caráter relacional, direcionada à articulação e monitoramento de ações coordenadas.

A ação de informação em seu escopo se finaliza como a geração de informação com poder de transformação das ações do ator social para novos processos práticos e informacionais, ficando configurado, assim, um ciclo que se fecha ou/e se expande para novas ações. O processo de construção de projetos produtivos no assentamento demandará sempre novas ações de informação, tanto de caráter estrutural como intelectual.

Baseado no que afirma Savolainé (2009), segundo o qual nem tudo o que se sabe é capturado pela compreensão intelectual e a epistemologia da posse deve ser ampliada, em paralelo, pela epistemologia da prática, é fundamental que nas premissas previstas no II PNRA seja dada ênfase às ações paralelas de fortalecimento de práticas que valorizem a troca de saberes como potencial gerador de conhecimento.

O resultado dessa interação significa não somente ter acesso à terra, mas também o fortalecimento da agricultura familiar na construção de alternativas, pautado na troca de informação para o desenvolvimento com crescimento social e também

participação política, uma vez que, a partir da produção e comercialização coletiva em maior escala, o mercado vai abrir as portas para outros empreendimentos no assentamento e os sujeitos receptores da ação de informação desenvolvem outras necessidades informacionais.

## COLABORAÇÃO E CONCERTAÇÃO INSTITUCIONAL

Estudos apontam que, na maioria dos textos sobre inter e transdisciplinaridade, encontramos certo consenso a respeito da ideia de que a especialização fracassou, que urge a recomposição dos fragmentos do saber e que precisamos superar as barreiras edificadas em torno de diferentes áreas do conhecimento (RANDOM, 2000; MORIN, 1999; NUNES, 1995; FURTADO, 2007).

Para Furtado, a interdisciplinaridade representa “o grau mais avançado de relação entre disciplinas”. Nesse caso,

[...] seriam estabelecidas relações menos verticais entre diferentes disciplinas, que passariam, também, a compartilhar uma mesma plataforma de trabalho, operando sob conceitos em comum [...]. Deve-se perceber que, aqui, não há simples justaposição ou complementaridade entre os elementos disciplinares, mas **uma nova combinação de elementos internos e o estabelecimento de canais de trocas entre os campos em torno de uma tarefa a ser desempenhada conjuntamente.** (FURTADO, 2007, p. 242. Grifo nosso)

A necessidade de mais integração e colaboração entre disciplinas e profissões é frequentemente ressaltada e apontada como possível solução para diversos impasses e questões vivenciadas por equipes que atuam em programas e serviços de extensão. Por outro lado, os órgãos de prestação de serviços do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) voltam-se para a prestação do serviço em assentamentos rurais, evidenciando as especificidades desses beneficiários, que necessitam de propostas que, efetivamente, operacionalizem a integração entre saberes e práticas no âmbito dos serviços e a incorporação de práticas colaborativas que estimulem e gerem mais eficiência e eficácia em suas ações.

O Manual Operacional de ATES de 2008 destaca que o Programa de ATES tem como referencial o que está proposto no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER). Desse modo,

A intervenção dos agentes de ATES deve ocorrer de forma democrática, adotando **metodologias participativas**, por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local [...]. Esta metodologia deve permitir também a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas para situações semelhantes em diferentes contextos (BRASIL/MDA, 2008, p. 12).

Inclui-se aqui a concepção de colaboração interdisciplinar e interprofissional além da organização de serviços, com base em possíveis equipes que estimulem e aumentem a colaboração entre os envolvidos como representantes da sociedade civil (movimentos sociais, pesquisadores, entidades prestadoras do serviço de ATES, entre outros). Outro aspecto do desenho institucional do Programa diz respeito à

terceirização do serviço e à seleção das entidades/instituições prestadoras de serviço, que precisam apresentar um perfil compatível com aquele apresentado pelo Manual.

Dessa forma, são celebrados contratos entre a Superintendência Regional do INCRA com entidades/instituições que desenvolvem a temática do desenvolvimento agrário. No processo de contratação das entidades executoras do Programa, órgãos Estaduais de ATES podem participar. A equipe é responsável pela integração e assessoramento às equipes técnicas dos Núcleos Operacionais, sendo chamada de Equipe de Articulação, constituída por profissionais de nível superior de formação multidisciplinar (Ciências Agrárias, Sociais, Econômicas, Ambientais e outras). A Equipe de Articulação tem por responsabilidade garantir a qualidade dessa assessoria técnica, social e ambiental aos (às) beneficiários (as) da reforma agrária ou “[...] propiciar a identificação de possíveis parcerias para a execução das atividades de ATES [...] e [...] contribuir na avaliação do desempenho das ações e da qualidade das atividades de ATES”. (BRASIL/MDA, 2008, p. 23).

São previstos também, como colaboradores na elaboração dos projetos, representantes de organizações representativas dos trabalhadores rurais, tais como Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e Movimento dos Sem Terra (MST). Dentre a lista de colaboradores, podem ser incluídas instituições de ensino superior que, por sua natureza, podem ser responsáveis por ações-chave relacionadas ao campo de pesquisa ou projetos que pautam as fronteiras da colaboração entre instituições.

Também há críticas quanto à delegação de atividades do Estado a terceiros, ao repassar às entidades e instituições não estatais o processo de execução do Programa ATES, já que tal, ao mesmo tempo em que pode proporcionar um maior controle social, também pode trazer alguns limites à prestação do serviço. Segundo Dias, “ao terceirizar o serviço de ATER<sup>4</sup>, o Estado se desobriga de determinadas funções, projeta-as à sociedade civil e desencadeia, no caso do ATES, um processo de precarização das relações e das condições de trabalho” (DIAS, 2007).

Entendimentos como esse (de precarização) supõem o reconhecimento de que o Estado é passível de críticas tanto sobre sua atuação, quanto sobre sua adequação aos desafios postos pelo processo – ainda inconcluso – de democratização. É possível identificar iniciativas que sugerem estar em curso um processo embrionário em que se destaca o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade, em definições de parcerias, acordos cooperativos, cartas de intenções, entre outras.

No Pará, a UFRA, como instituição de ensino com *know-how* em Ciências Agrárias, desenvolve atividades de extensão em assentamentos rurais articulando suas ações com instituições ligadas ao MDA como o INCRA-SR-1 (órgão responsável pelo assentamento) e a EMATER-PA (prestadora do Programa de ATES) na tentativa de fazer concertações<sup>5</sup> que levem ao entendimento dos papéis que cabem a cada uma das instituições envolvidas.

Com ações iniciadas em 2010, o Programa UFRA na Reforma Agrária vem conformando o seu caráter orgânico-institucional por meio de parcerias internas e externas que buscam promover consistência metodológica e articulam iniciativas

---

<sup>4</sup>ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

<sup>5</sup>Ações que visam à formação de parcerias e à construção dos arranjos institucionais pertinentes aos propósitos de atingir objetivos e/ou metas comuns na abrangência da intervenção. São uma referência à afinização de uma orquestra.

coordenadas de intervenção junto ao público alvo. O Programa propunha caráter transversal às modalidades de ensino, pesquisa e extensão através do reconhecimento destacado da importância da atuação da UFRA nas questões agrárias e nos problemas fundiários na Amazônia como elemento indissociável da missão institucional.

Nesse contexto, a fixação de objetivos pontuais e metas inflexíveis configurou atitudes essenciais ao bom exercício da extensão universitária, fundada na construção de parcerias autênticas e eficazes que têm proporcionado a articulação e a coordenação de projetos autônomos, através do envolvimento crescente da comunidade acadêmica e a ampliação do alcance do Programa, em benefício das comunidades atendidas, dos docentes e estudantes mais sensíveis às faces humanísticas e cidadãs do seu trabalho e formação.

Esse processo envolveu e envolve contato permanente entre os participantes (pesquisadores, educadores, estudantes e agricultores). Dessa ação, resultam a formação e a interação entre usuários da informação favorecendo a reflexão crítica sobre os temas abordados nas atividades e oficinas realizadas nos assentamentos atendidos pelo Programa.

As ações de informação que estão inseridas no Programa UFRA na Reforma Agrária têm sido reconhecidas como uma iniciativa inovadora que atende à nova concepção de extensão com as conexões estratégicas para concretizar a desejada indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão em ciências agrárias, manifestada dessa forma:

Abarcando ações incluídas em todas as oito áreas temáticas da extensão universitária e instruídas por conhecimentos gerados nas ciências humanas, ciências sociais aplicadas, ciências agrárias e da terra, o Programa UFRA na Reforma Agrária cria as condições para uma formação profissional holística, engajada socialmente, e pautada por considerações filosóficas, éticas e da cidadania. Ao favorecer o diálogo e a cooperação entre estudantes e profissionais de diferentes áreas, reunidos em favor da criação coletiva de soluções adequadas às necessidades das comunidades atendidas, a natureza transdisciplinar das ações compreendidas pelo Programa fortalece, a um só tempo, a qualidade e a função social da educação superior. (MEYER; PINTO; GUSMÃO, 2014, p.1)

Essa concertação parece constituir um novo processo de formulação e implementação de políticas públicas, “baseado em arranjos institucionais que envolvem a ruptura do modelo centrado em instituições ou agências isoladas, cuja relação com outras agências tendia a se caracterizar pela subordinação ou pela disputa por espaços junto a clientelas” (FARAH, 2001, p. 18). No entanto, a construção de novos arranjos institucionais só se completa com mais um elemento, a informação, entendida como estabelecimento de novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil e mercado, em que a informação tem o papel de conduzir condições de entendimento aos atores envolvidos na concertação, para formulação e implementação das ações que lhes favorecerão em nível local.

Como resultado desses arranjos, teríamos tantos textos quanto universos disciplinares baseados em ações coletivas (palestras, oficinas de capacitação, visitas técnicas, entre outras) e individuais (ciclo de campo, caderno de lote). “Como resultado, teríamos um único texto ou discurso, refletindo a multidimensionalidade da realidade. Nesse caso, a cooperação e coordenação entre as disciplinas visam justamente transcendê-las” (FURTADO, 2007, p. 243).

No entanto, a mediação não pode representar redução a um denominador comum, como afirma Etges:

A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. **A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade.** (ETGES, 1999 *apud* JANTSCH, 2000, p. 14. Grifo nosso).

Furtado considera, no tema da colaboração, duas forças antagônicas. A primeira constitui um polo representado pelas corporações profissionais, que tenta continuamente garantir um “mercado definido, inviolável, expandindo territórios e aumentando sua autonomia”. O outro polo é representado pela lógica da colaboração profissional, “apontando para a necessidade de colocar em comum e partilhar conhecimentos, especialidades, experiências, habilidades e, até, a intersubjetividade” (FURTADO, 2007, p. 243).

No contexto de uma nova governança, surge uma forma de envolvimento de atores públicos e privados nas políticas públicas, “que interagem através de redes, caracterizadas pela interdependência, partilha de recursos e extensa colaboração”. Nessa perspectiva, o sucesso destas passa a ser fortemente dependente de:

[...] (a) presença de uma extensa colaboração; (b) convergência de objetivos; (c) confiança mútua; (d) capacidade de coordenação interna; (e) partilha de tomada de decisão, dos riscos e dos recursos; (f) promoção de transparência e de *accountability*; (g) atuação com base no interesse público; (h) orientação para os valores do mercado. (FIRMINO, 2011, p. 397)

Firmino (2011), ao considerar atributos da relação da Parceria Público Privada na forma de interação entre os atores, lista as seguintes características:

**Continuidade.** As parcerias são relações, tendencialmente, de longo prazo. **Network.** Em oposição à hierarquia e ao mercado, como formas de organização (Thompson, 2003), as parcerias funcionam através de uma rede de relações horizontais para prosseguimento dos seus fins e *objectivos*. **Partilha.** Nas parcerias, os *actores* partilham recursos (materiais, financeiros e humanos), responsabilidades, riscos e resultados. A troca de experiências, conhecimentos, capacidades técnicas e valores deverá contribuir para a produção de sinergias e a utilização de abordagens de resolução inovadoras nas áreas de *acção*. **Interdependência e colaboração.** Pelos motivos supra-apresentados, as parcerias caracterizam-se pela interdependência e colaboração dos *actores*. A decisão de enveredar e o sucesso da PPP pressupõem uma *actuação* baseada na confiança e no compromisso. (FIRMINO, 2011, p. 399)

O estabelecimento de colaboração consiste em processos de competência de cada ator, obrigando-o a uma clara e precisa definição de metas e de objetivos a cumprir. Os envolvidos na parceria possuem motivações, crenças e valores próprios. A capacidade de negociação e o estabelecimento de soluções de compromisso revelam-se fundamentais para a conciliação de objetivos e de interesses entre as partes, condicionando delimitação das responsabilidades (FIRMINO, 2011, p. 401).

As peculiaridades do setor agrário o tornam especialmente interessante no estudo das formas de colaboração profissional, uma vez que apresenta grande especialização em categorias e procedimentos, ao mesmo tempo buscando diminuir a fragmentação de suas abordagens e atuações, seja por razões de eficácia ou mesmo para ampliar atendimento à sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações têm-se apoiado na busca de informação colaborativa para soluções de problemas em trabalhos que, muitas vezes, envolvem a colaboração direta ou indireta tanto para encontrar e identificar informações, como para realizar/aplicar ações nas quais cada agente exerce papel importante dentro da organização e no ambiente da ação aplicada.

A busca da informação é normalmente considerada uma atividade solo, no entanto há evidências que sugerem o contrário, como a introdução de suporte institucional para a colaboração, que ajudam a torná-lo mais eficaz, ampliando a experiência de cobertura, a confiança, a exposição e a produtividade, que melhoram os processos de tomada de sentido subsequentes.

Da mesma forma, para dar conta dos pressupostos das ações voltadas para os assentamentos rurais, são imprescindíveis ações e concertações institucionais dessa natureza, para desenvolver ações coletivas tanto de informação quanto de práticas voltadas para o desenvolvimento rural e, conseqüentemente, de seus atores, ações que busquem de forma cooperativa promover iniciativas coordenadas de intervenção nesse ambiente, observadas positivamente na execução do Programa UFRA na Reforma Agrária.

Investir em comportamento e instrumentos colaborativos e no envolvimento de atores públicos e privados para o atendimento, bem como em ações que fortaleçam a importância da busca de informação colaborativa para resoluções de problemas mútuos, é o que se apresenta de promissor para colaboração e concertação institucional em ambiente agrário, para disseminação e aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades de extensão.

Artigo recebido em 08/07/2014 e aprovado em 02/10/2014

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

BRAMAN, S. *The emergent global information policy regime*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

BRAMAN, S. Horizons of the state: information policy and power. *Journal of Communication*, v. 45, n.4, p. 4-24, 1995.

BRAMAN, S. Trade and information policy. *Media, Culture and Society*, v. 12, p. 361-385, 1990.

BRAMAN, S. Globalizing media law and policy. In: THUSSU D. (Ed.) *Internationalizing media studies*. London: Routledge, 2009. p. 93-115.

BRASIL. Controladoria Regional da União no Estado do Pará. *Relatório de Auditoria Anual de Contas: Superintendência Estadual do Pará - INCRA/SR-01, exercício 2012*. Belém, 2012a. 66 p.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). *Reforma Agrária*. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 12 fev. 2012b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2003. 40 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. ATES Assessoria Técnica Social e Ambiental. *Manual operacional 2008*. Brasília, 2008. 143 p.

CARVALHO, M. A. *Conformação de um regime de informação: a experiência do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita de Sapucaí – Minas Gerais*. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Minas Gerais, 2009.

COLLINS, H. M.; KUSH, M. *The shape of actions: what humans and machines can do*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999.

DIAS, M. M. E. *Outras visões sobre a promoção do desenvolvimento e os desafios aos serviços de extensão rural*. Brasília: INCRA, 2007. (Texto para debate). Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/72/f1166outras-visoes-sobre-promomoo-do-desenvolvimento-e-os-desafios-aos-servios-da-extenso-rural---marcelo-min.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

EKBIA, H. R.; EVANS, T. P. Regimes of information: land use, management, and policy. *The Information Society*, v. 25, p. 328-343, 2009.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 35, v. 1, p. 119-44, jan./fev. 2001.

FIANI, Ronaldo. *Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas*. Texto para discussão, 1815 IPEA. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1815.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1815.pdf)>. Acesso em: maio 2014.

FIRMINO, S. Os novos arranjos institucionais na governança pública: o caso das parcerias público-privadas. Estudo comparativo entre o Sul e o Norte da Europa. *Sociologia On Line*, n. 2, abr. 2011.

FURTADO, J. P. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v. 11, n. 22, p. 239-245, maio/ago. 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A informação: dos estoques às redes. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 77-83, 1995.

\_\_\_\_\_. As ciências sociais e as questões da informação. *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, ano 9, n. 14, 2012a.

\_\_\_\_\_. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

\_\_\_\_\_. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.

\_\_\_\_\_. Regime de informação: construção de um conceito. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012b.

JANTSHC, A. P. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 113-144.

MEYER, L. F. F.; PINTO, W. S.; GUSMÃO, S. A. L. Programa UFRA na reforma agrária: extensão universitária para a formação humanística e cidadã. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DIÁLOGOS DA EXTENSÃO, 6., 2014, Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 2014.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NUNES, E. D. A questão da interdisciplinaridade no estudo da saúde coletiva e o papel das ciências sociais. In: CANESQUI, A. M. (Org.). *Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1995. p. 95-113.

RIEH, S. Y. Judgment of information quality and cognitive authority in the Web. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v.53, p.145-161, 2002.

RANDOM, M. (Org.). *O pensamento transdisciplinar e o real*. São Paulo: Triom, 2000.

SAVOLAINEN, R. Epistemic work and knowing in practice as conceptualizations of information use. *IR Informatio Research*. v. 14, Mar. 2009.

WILSON, P. *Second-hand knowledge: an inquiry into cognitive authority*. Westport, CT: Greenwood Publishing Group, 1983. p. 210.